

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	10
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Alterações significativas	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	26
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	33
10.8 - Plano de Negócios	34
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios. Sendo os riscos mais significativos os seguintes:

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

Risco de Crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação ao contas a receber estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes, que de forma geral não têm garantias. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

Risco de Taxa de Câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de volatilidade nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Risco de Taxa de Juros.**

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos, suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, As taxas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

Risco de preço dos insumos

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Dívida	134.611	110.416	50.101	141.334	126.725	75.289
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(28.900)</u>	<u>(16.779)</u>	<u>(49.465)</u>	<u>(30.218)</u>	<u>(22.196)</u>	<u>(49.527)</u>
Dívida líquida	105.711	93.637	636	111.116	104.529	25.762

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u>	Menos de <u>1 mês</u>	De 1 a 3 <u>meses</u>	De 3 meses <u>a 1 ano</u>	De 1 a 5 <u>anos</u>	Mais de <u>5 anos</u>	<u>Total</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2012							
Passivos de arrendamento financeiro	13,82	44	87	392	449	-	972
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,18	5.866	11.731	52.791	53.776	-	124.164
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,73	363	727	3.272	5.113	-	9.475
		6.273	12.545	56.455	59.338	-	134.611
31 de dezembro de 2011							
Passivos de arrendamento financeiro	16,78	95	189	852	870	-	2.006
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	16,02	4.674	9.349	42.069	30.626	-	86.718
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,86	1.184	2.368	10.656	7.484	-	21.692
		5.953	11.906	53.577	38.980	-	110.416
31 de dezembro de 2010							
Passivos de arrendamento financeiro	14,46	81	181	754	764	-	1.780
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,34	1.067	5.368	16.569	16.191	-	39.195
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	40	117	513	7273	1183	9126
		1.188	5.666	17.836	24.228	1.183	50.101

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro 2012							
Passivos de arrendamento financeiro	13,82	44	87	392	449	-	972
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,16	5.910	11.819	53.187	53.776	-	124.692
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,82	380	760	3.423	11.107	-	15.670
		6.334	12.666	57.002	65.332	-	141.334
31 de dezembro de 2011							
Passivos de arrendamento financeiro	16,78	95	189	852	870	-	2.006
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	16,03	4.755	21.696	42.798	31.151	-	100.400
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,27	1.185	2.371	10.668	10.095	-	24.319
		6.035	24.256	54.318	42.116	-	126.725
31 de dezembro de 2010							
Passivos de arrendamento financeiro	14,46	81	181	754	764	-	1.780
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,34	22.748	5.735	18.219	17.682	-	64.384
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,50	40	117	513	7.273	1.182	9.125
		22.869	6.033	19.486	25.719	1.182	75.289

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui depósitos a vista e caixa) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro 2012							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,01	23.158	1.181	4.829	1.962	-	31.130
		23.158	1.181	4.829	1.962	-	31.130
31 de dezembro 2011							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	10,86	14.037	8.605	2.948	5.827	-	31.417
		14.037	8.605	2.948	5.827	-	31.417
31 de dezembro de 2010							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	9,61	45.860	-	11.255	3.069	-	60.184
		45.860	-	11.255	3.069	-	60.184

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

		Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro 2012							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,01	23.339	1.181	5.280	1.962	-	31.762
		23.339	1.181	5.280	1.962	-	31.762
31 de dezembro 2011							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	10,86	19.010	8.625	2.948	6.363	-	36.946
		19.010	8.625	2.948	6.363	-	36.946
31 de dezembro de 2010							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	9,61	45.860	-	11.255	5.656	-	62.771
		45.860	-	11.255	5.656	-	62.771

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros.

a) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado-						
Caixa e saldos de bancos	28.900	16.779	49.465	30.218	22.196	47.527
Títulos e Valores Mobiliários	7.972	17.380	14.324	8.423	17.936	16.911
Contas a Receber	171.474	142.465	104.865	172.622	144.548	106.609
Outras Contas a Receber	14.075	4.359	2.024	14.595	4.910	2.168
Passivos financeiros						
Contas a Pagar	103.873	76.186	63.582	102.665	77.329	63.880
Empréstimos e Financiamentos	134.611	110.416	50.102	141.334	126.725	75.290

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**b) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira**

A Companhia está exposta ao Euro, Euribor e Dolar. Em 31 de dezembro de 2012, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Eurobonds	373.372	337.190	-	-	-	-
Finimp	-	2.223	311.260	-	2.223	2.633
	<u>373.372</u>	<u>339.413</u>	<u>311.260</u>	<u>-</u>	<u>2.223</u>	<u>2.633</u>
Valores a pagar de terceiros	24.383	21.378	18.872	24.383	21.378	18.872
	<u>24.383</u>	<u>21.378</u>	<u>18.872</u>	<u>24.383</u>	<u>21.378</u>	<u>18.872</u>
Fornecedores	262	2.613	239	262	2.613	239
Finimp	-	5.562	-	-	5.562	-
ACC	2.172	4.639	6.370	2.172	4.639	6.370
	<u>2.434</u>	<u>12.814</u>	<u>6.609</u>	<u>2.434</u>	<u>12.814</u>	<u>6.609</u>

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço. A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de cambio sobre os saldos em 31 de dezembro de 2012 seria uma despesa ou receita financeira de R\$ 40.019 na controladora, quando e caso ocorresse a valorização ou desvalorização da moeda (R\$ 2.682 no consolidado).

c) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro do período em 31 de dezembro 2012 diminuiria/aumentaria em R\$ 2.647 (redução/aumento de R\$2.555 em dezembro 2011). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**d) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.**

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº. 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº. 478:

Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia,

Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;

Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;

Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em Euro	Valorização do Euro	-	-
Passivos em Euribor	Valorização do Euribor	6.096	12.192
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	608	1.217
Exposição líquida		6.704	13.409

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	4.120	8.240
Exposição líquida		4.120	8.240

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

31/12/12						
Controladora			Consolidado			
Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	
-	23.158	-	-	23.339	-	
-	23.158	-	-	23.339	-	
31/12/11						
Controladora			Consolidado			
Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	
-	14.037	-	-	19.010	-	
-	14.037	-	-	19.010	-	
31/12/10						
Controladora			Consolidado			
Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	
-	45.860	-	-	45.860	-	
-	45.860	-	-	45.860	-	

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado- Mantidos para negociação
Total:

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado- Mantidos para negociação
Total:

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado- Mantidos para negociação
Total:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir:

Controladora						
31/12/12		31/12/11		31/12/10		
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros						
Caixa e saldos de bancos	5.742	5.742	2.742	2.742	3.605	3.605
Aplicações Financeiras	23.158	23.158	14.037	14.037	45.860	45.860
Títulos mantidos até o vencimento	7.972	7.972	17.380	17.380	14.324	14.324
	<u>36.872</u>	<u>36.872</u>	<u>34.159</u>	<u>34.159</u>	<u>63.789</u>	<u>63.789</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	134.611	134.611	110.416	110.416	50.101	50.101
	<u>134.611</u>	<u>134.611</u>	<u>110.416</u>	<u>110.416</u>	<u>50.101</u>	<u>50.101</u>
Consolidado						
31/12/12		31/12/11		31/12/10		
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros						
Caixa e saldos de bancos	6.879	6.879	3.186	3.186	3.667	3.667
Aplicações Financeiras	23.339	23.339	29.912	29.912	45.860	45.860
Títulos mantidos até o vencimento	8.423	8.423	17.936	17.936	16.911	16.911
	<u>38.641</u>	<u>38.641</u>	<u>51.034</u>	<u>51.034</u>	<u>66.438</u>	<u>66.438</u>
Passivos financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	141.334	141.334	126.725	126.725	75.289	75.289
	<u>141.334</u>	<u>141.334</u>	<u>126.725</u>	<u>126.725</u>	<u>75.289</u>	<u>75.289</u>

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa e Equivalentes de Caixa e títulos mantidos até o vencimento

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:**

a) Riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (hedge) e c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

A Companhia tem como política não utilizar instrumentos financeiros (derivativos) para proteção.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e e) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia tem como política não utilizar instrumentos financeiros (derivativos) para proteção.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia tem uma gestão conservadora de risco, sempre buscando monitorar e criar processos visando mitigar perdas ao resultado sem prejudicar nossa eficiência. Para tal, a Diretoria e diferentes níveis gerenciais avaliam as ações, políticas e estratégias praticadas.

A gestão dos riscos apontados está diretamente sob a supervisão da administração da Companhia, Diretoria Executiva e Gerentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:**

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do valor justo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. O valor de mercado desses ativos (Caixa e Equivalentes de Caixa) não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens anteriores deste tópico.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Em relação às demonstrações financeiras dos 03 últimos exercícios sociais; e ao período entre a data de fechamento do último exercício social e a data de entrega do formulário de referência, os diretores devem comentar

A Administração tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento da Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhoria da sua situação patrimonial e financeira e aumento da geração positiva de seu fluxo de caixa.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita líquida de vendas da Companhia em 2012 atingiu a cifra de R\$ 984 milhões (consolidado), com um volume total de vendas de cerca de 380 mil toneladas, apresentando crescimento de 16% em relação ao exercício anterior (R\$ 845 milhões em 2011). Com este expressivo aumento de vendas, pudemos também melhorar nossa eficiência industrial e administrativa, conseguindo assim um aumento do EBTIDA tão significativo quanto o de vendas.

As Despesas Operacionais (Comerciais e Administrativas) totalizaram R\$ 366 milhões no exercício de 2012, representando um aumento de 13,3% em relação ao exercício anterior.

A linha das despesas com vendas foi a que mais influenciou as despesas operacionais com um aumento de 15,5% em relação a 2011, acompanhando o crescimento das vendas do período.

O “LAJIDA” (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) foi de R\$ 81 milhões no exercício 2012, representando 8,2% sobre a Receita Líquida, contra R\$ 61 milhões no exercício de 2011, representando 7,3% da Receita Líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(23.708)	(18.670)	(24.589)	(19.313)
Imposto de renda e contribuição social	(4.501)	(642)	(6.066)	(1.889)
Resultado de equivalência patrimonial	10.213	17.915	-	-
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	-	881	643
Receitas/Despesas não recorrentes	12.276	(10.467)	15.345	(18.861)
Resultado financeiro líquido	72.939	61.998	72.619	77.730
Depreciação e amortização	13.795	11.247	22.824	23.071
LAJIDA	81.014	61.381	81.014	61.381
Receita líquida	980.369	840.957	984.038	845.814
LAJIDA sobre a receita líquida (%)	8,3%	7,3%	8,2%	7,3%

O resultado financeiro líquido apresentou uma variação positiva, saindo de R\$ 78 milhões (negativos) em 2011 para R\$ 73 milhões (negativos) neste exercício, impactado principalmente pela variação cambial líquida de R\$ 34 milhões (negativos) em 2012 contra R\$ 41 milhões (positivos) em 2011.

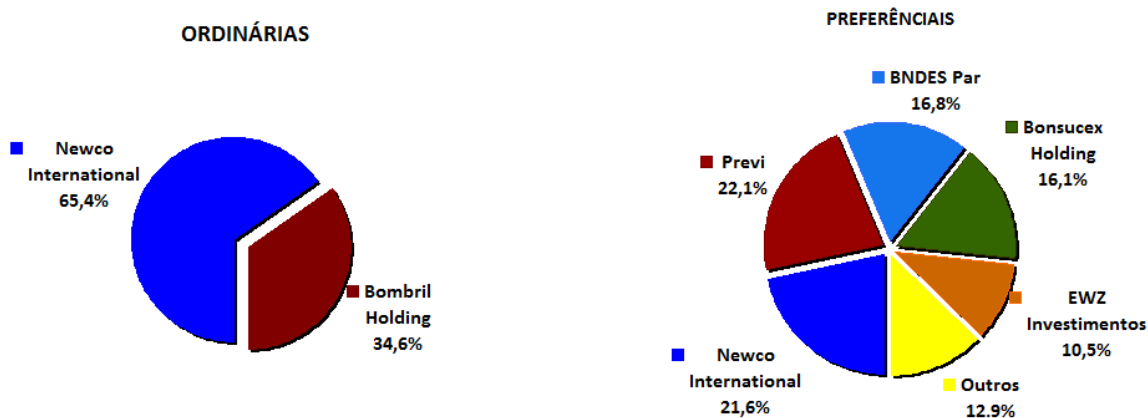
O Resultado Operacional da Companhia reduziu de R\$ 56 milhões (lucro) em 2011 para R\$ 42 milhões (lucro) em 2012, devido principalmente à linha de Outras Receitas Operacionais que reduziu R\$ 24 milhões, impactado por reversão de provisão sobre contingências. O Resultado Líquido do Exercício foi de R\$ 24 milhões (prejuízo), contra R\$ 19 milhões (prejuízo) apurados em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O endividamento bancário líquido da Companhia encerrou 2012 em R\$ 105 milhões ante R\$ 87 milhões em 2011. A porção do endividamento, não considerando o saldo disponível em caixa, no curto prazo reduziu de 67% para 53%, houve uma redução no custo médio ponderado do endividamento bancário de 14,0% a.a. para 11,5% a.a. Adicionalmente, a Companhia apresentou um índice de liquidez corrente de 1,09.

O patrimônio líquido da Companhia, que era negativo em 37,6 milhões ao término do quarto trimestre de 2011, fecha o ano de 2012, em 15,7 milhões negativos, refletindo os efeitos da aplicação do CPC02 (Lei 11.638/07).

b) Estrutura de capital



O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não tem direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Do ponto de vista do Balanço, a Bombril S.A. vem mantendo uma evolução consistente com os resultados operacionais. Houve significativa melhora no Patrimônio Líquido, que evoluiu de R\$ 38 milhões negativos em 2011 para R\$ 16 milhões negativos no exercício findo 2012. O índice de liquidez corrente manteve-se no patamar de 1,09 no exercício de 2012 os que confirmam a capacidade da Companhia honrar os seus compromissos de curto prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico financeiro da Companhia e desenvolveu ao longo destes exercícios um melhor relacionamento com Bancos de primeira linha, Instituições de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

fomento mercantil e Bancos de Desenvolvimento como alternativas de financiamento, captações estas que tem como foco a expansão e modernização de seu parque industrial.

Resultado do Exercício DRE- Consolidado

R\$ milhões	2010	2011	2012
Receita Líquida	805	846	984
Custo dos Produtos Vendidos	(439)	(474)	(551)
Margem Bruta	366	372	433
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(317)	(323)	(366)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(14)	7	(25)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35	57	42
Receitas / Despesas Financeiras	(12)	(78)	(73)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	23	(21)	(31)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7	2	6
Lucro/Prejuízo Período	30	(19)	(25)

Balanco Patrimonial BOMBRIL S/A - Consolidado

Ativo	2010	2011	2012
Ativo Total	624	685	720
Ativo Circulante	246	272	330
Disponibilidades	50	22	30
Créditos Diversos	132	168	204
Estoques	64	82	96
Ativo Não Circulante	413	413	390
Ativo Realizável a Longo Prazo	58	66	51
Estoques	42	41	25
Créditos Diversos	16	25	25
Ativo Permanente	320	347	339
Imobilizado	309	317	308
Intangível	11	30	31

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanco Patrimonial BOMBRIL S/A - Consolidado****Passivo**

	2010	2011	2012
Passivo Total	624	685	720
Passivo Circulante	206	273	303
Fornecedores	64	77	103
Obrigações Fiscais / Tributárias	65	77	84
Empréstimos e Financiamentos	48	85	76
Outros Débitos	29	34	41
Passivo Não-Circulante	474	450	433
Empréstimos e Financiamentos	65	42	65
Obrigações Fiscais / Tributárias	192	167	143
Outros Débitos	164	161	139
Provisões para Contingência	90	80	85
Patrimônio Líquido	(56)	(38)	(16)
Capital Social Realizado	195	795	795
Reservas de Capital	29	29	29
Reservas de Reavaliação	43	41	38
Lucros / Prejuízos Acumulados	(890)	(883)	(890)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	75	73	72
Ajustes Acumulados de Conversão	(134)	(95)	(64)
Participação dos Acionistas não Controladores	4	3	3

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A utilização de quaisquer fonte de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez, não é aplicável.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau e subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas a Companhia.

O endividamento bancário líquido da Companhia encerrou 2012 em R\$ 105 milhões ante R\$ 87 milhões em 2011. Adicionalmente, a porção do endividamento, não considerando o saldo disponível em caixa, no curto prazo houve uma redução de 67% para 53%, houve uma redução no custo médio ponderado do endividamento bancário de 14,0% a.a para 11,5% a.a.

Em 31 de dezembro de 2012 nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 141 milhões, dos quais R\$ 68 milhões tem vencimento após 2012 representando 16% do passivo não circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossos empréstimos estão garantido em um Mix de duplicatas a receber, aplicações financeiras, aval de coligada, máquinas e equipamentos.

A Companhia manteve seu índice de liquidez corrente em um excelente patamar 1,09 em 2012 vs 1,00 em 2011.

INFORMAÇÕES - BALANÇO & DRE	2010	2011	2012
Dívida Líquida BOMBRIL S/A - Consolidado			
(1) Dívida Financeira Bruta	(75)	(127)	(143)
Eurobonds	(3)	-	-
Empréstimos	(73)	(127)	(143)
(2) Disponibilidades	66	40	39
(1-2) Dívida Financeira Líquida	(9)	(87)	(105)
Dívidas Fiscais	(220)	(200)	(195)
Endividamento Líquido Total	(229)	(287)	(300)
Endividamento Financeiro Bruto			
Curto Prazo	64%	67%	53%
Longo Prazo	36%	33%	47%

g) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados

Atualmente, a Companhia utiliza 70% de seu limite total de crédito bancário e todo o crédito tomado tem o mesmo grau de subordinação.

h) As alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Do ponto de vista do Demonstrativo de Resultados as principais variações observadas são as seguintes:

- i) A receita líquida de vendas da Companhia em 2012 atingiu a cifra de R\$ 984 milhões (consolidado), com volume total de vendas de cerca de 380 mil toneladas, apresentando crescimento de 16% em relação ao exercício anterior (R\$ 845 milhões em 2011).
- ii) As Despesas Operacionais (comerciais e administrativas) totalizaram R\$ 366 milhões no exercício de 2012, representando um aumento de 13,3 % em relação ao exercício anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A linha das despesas com vendas foi a que mais influenciou as despesas operacionais com aumento de 15,5% em relação a 2011, acompanhando o crescimento das vendas no período.

- iii) O resultado financeiro líquido apresentou uma variação positiva, saindo de R\$ 78 milhões (negativos) em 2011 para R\$ 73 milhões (negativos) neste exercício, impactado principalmente pela variação cambial líquida de R\$ 34 milhões (negativos) em 2012 contra R\$ 41 milhões (positivos) em 2011.

Do ponto de vista do Balanço Patrimonial as principais variações observadas são as seguintes:

- i) O ativo circulante teve um aumento de 21% na comparação '12 vs. '11, em linha com o aumento da receita líquida.
- ii) Na comparação '11 vs. '10, o passivo circulante demonstrou um significativo aumento ,decorrente principalmente, da captação de recursos para aquisições de empresas e obras-civis para ampliação da planta de São Paulo, essa tendência manteve-se no exercício de 2012 , foi necessário a aquisição de insumos para que a produção assegurar o aumento do volume de vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os Diretores devem comentar os resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais. Descrever as principais tendências futuras identificadas em cada item das demonstrações financeiras

Apesar do ainda pesado passivo fiscal herdado de administrações anteriores, a Bombril S.A. projeta para o próximo exercício uma firme e determinada trajetória de continuidade no crescimento em seus negócios, tanto na ampliação de sua participação nos segmentos onde atua, quanto na prospecção de novas oportunidades.

No exercício de 2013, a Bombril continuará a trazer ao seu público consumidor, as mais modernas soluções da indústria de higiene e limpeza na forma de seus já consagrados produtos hoje com um portfólio de cerca de 500 itens de limpeza doméstica, dividido em 31 marcas e 62 categorias entre esponja de aço, detergentes, sabão em barra, saponáceos, desinfetantes, limpadores, esponjas sintéticas, amaciantes, lava roupas líquidos, facilitadores de passar roupa, sachês perfumados e desodorizadores, os produtos Bombril estão presentes em praticamente 100% dos lares brasileiros.

A Companhia continuará ampliando suas vendas, tendo sempre em mente fatores essenciais como qualidade, sustentabilidade respeito ao meio ambiente, maximização da margem operacional, redução de custos e melhora da lucratividade, o que tende a proporcionar uma maior capacidade de investimento.

Ainda, seguirá com seu plano de manutenção e renovação de seu parque industrial que são prioridades, assegurando o crescimento de suas operações e o desenvolvimento de novas tecnologias, assim como melhor eficiência operacional.

A Companhia continuará inovando e investindo em propaganda e publicidade, visando maior aproximação e preferência de seus produtos junto aos consumidores e aumentando ainda mais a sua já excelente participação no mercado.

A Bombril S.A. continuará desta maneira buscando com toda transparência, colocar a empresa em um lugar cada vez mais seguro e atrativo aos seus investidores.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; (c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumo e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O impacto da variação cambial e inflação em 2012, fez com que a Bombril iniciasse um processo de repasses dos preços dos seus produtos, visto o aumento dos custos dos insumos necessários á produção e reajustes na folha de pagamentos.

A queda da Selic impactou positivamente no endividamento da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.

a) introdução ou alienação de segmento operacional; b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária;

Faz parte da estratégia de negócios da Companhia a aquisição de empresas. Em 06 de maio de 2011, a mesma celebrou contrato com Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong para aquisição das marcas Ecologie, Nick&Vick, Natural Pro e Aquatress, entre outras, através da empresa Bril Cosméticos S.A.

Em 26 de julho de 2012, a Bombril S.A assinou um contrato para aquisição de 25% da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, passando a obter a participação de 100% do capital social da Bril Cosméticos S.A.

c) eventos ou operações não usuais;

Não há eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Política de Práticas Contábeis. (03 últimos exercícios)****a) mudanças significativas nas práticas contábeis; b) efeitos significativos nas práticas contábeis;****a) REFIS IV**

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”.

A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foi objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado contabilmente da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários da Bombril eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” está sendo discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, cuja probabilidade de êxito é apontada pelos assessores jurídicos como possível, sendo mantida a provisão do valor integral dos referidos débitos até decisão final.

Os valores da dívida perante a RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Juros	2.113	2.113
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.972)
(-) compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.484)	(5.509)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	207.462	208.370
Juros no exercício findo em 31.12.10	15.876	15.951
(-) Pagamentos no exercício findo em 31.12.10	(31.288)	(31.579)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	192.050	192.742
Benefícios de juros, multas e encargos		41
Juros no período findo em 31.12.11	13.388	13.448
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.11	(30.686)	(30.986)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.11	174.752	175.245
Juros no período findo em 31.12.12	3.070	3.131
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.12	(31.607)	(32.032)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.12	146.215	146.344

IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PAES

O saldo remanescente do PAES do INSS em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 6.750 (R\$ 8.846 em 31 de dezembro de 2011), os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde julho de 2003.

c) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 10.292 (R\$ 10.683 em 31 de dezembro de 2011), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), b) e c) e das condições do mesmo. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor;

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.2, os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., correspondentes aos anos de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos Administradores desta controlada com base em cópia de documentos como contratos, planilhas de controle, entre outros elementos passíveis de verificação que serviram de base para reconstituição destes registros. Isto, tendo em vista que por motivos contrários a vontade da Administração desta controlada os documentos originais encontram-se em poder das autoridades italianas (comentários adicionais na nota explicativa nº10) e, portanto, indisponíveis. Em 31 de dezembro de 2012, a controlada possui ativos totais de R\$377.857 mil, patrimônio líquido de R\$376.988 mil e lucro líquido do exercício de R\$4.038 mil. Consequentemente, não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativamente aos saldos iniciais desta controlada.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo de base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bombril S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo de base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bombril S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou patrimônio líquido (passivo a descoberto) o montante de R\$15.692 mil. Os esforços dedicados pela Administração da Companhia para o fortalecimento de suas atividades operacionais e consequente reestabelecimento do seu equilíbrio patrimonial estão comentados de forma abrangente na nota explicativa nº1.

Conforme nota explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bombril S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Conforme comentando na nota explicativa nº 23, a Companhia e suas controladas discutem administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas fases do rito processual, envolvendo o montante de R\$3.457.996 mil. Baseados na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é classificada como possível, a Administração decidiu não constituir provisão para estes potenciais riscos contingências.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme comentado na nota explicativa nº12, a Companhia possui valores a receber e a pagar junto a determinadas empresas que são parte integrante do grupo econômico de seu antigo acionista controlador (atualmente em processo de liquidação judicial) envolvendo as seguintes empresas: C&P Overseas Ltd., Società Sportiva Lazio, Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.. Quando da posse do atual acionista controlador (Newco International Limited), a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e de passivo junto às empresas anteriormente citadas. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas do valor integral dos ativos juntos a estas empresas no montante de R\$1.238.317 mil e a manutenção dos passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de origem da dívida cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$61.981 mil.

Outros Assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto quanto os possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo de base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: previsões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 - Obrigações Fiscais e Tributárias, em 27 de outubro de 2009 a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento previsto pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, denominado pelo mercado de “REFIS IV”. A consolidação do referido parcelamento foi concluída pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, momento em que Companhia obteve uma posição formal das dívidas tributárias incluídas no respectivo sistema de parcelamento. O valor maior da dívida reconhecido contabilmente pela Companhia decorreu de diversas premissas adotadas em setembro de 2009, mas que se mostraram inadequadas em junho de 2011, momento em que foi possível verificar os critérios corretos para a migração dos parcelamentos anteriormente concedidos para a Lei 11.941. Os reflexos mais relevantes referem-se a débitos anteriormente confessados no âmbito do PAES (Parcelamento Especial instituído pela Lei 10.684 de 2003), resultando em ajustes de exercícios anteriores, assim como a diferenças de cálculo dos benefícios instituídos pela Lei 11.941, ajustados no exercício de 2009.

O ajuste decorrente da referida consolidação ocasionou significativa redução do Passivo Tributário com impacto positivo no Patrimônio Líquido, modificações em outros grupos das demonstrações financeiras, com maior relevância em Impostos Diferidos Ativos e Passivos e Impostos correntes sobre o lucro líquido, e redução das Despesas Financeiras.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Em 31 de dezembro de 2012, estão provisionados os montantes de R\$ 78.450 (controladora) e de R\$ 79.760 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2012, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.010	31.12.12	31.12.11	31.12.010
Trabalhistas	13.317	11.620	4.246	13.802	12.112	4.696
Cíveis	54.706	51.631	58.083	55.478	53.470	59.399
Fiscais	10.427	14.581	18.329	10.480	14.633	26.277
Total	78.450	77.832	80.658	79.760	80.215	90.372

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.10	4.246	58.083	18.329	80.658	4.696	59.399	26.277	90.372
Constituição de provisão	7.970	5.157	10.332	23.459	7.858	5.680	10.510	24.048
Baixas	(596)	(11.609)	(14.080)	(26.285)	(442)	(11.609)	(22.154)	(34.205)
Saldo em 31.12.11	11.620	51.631	14.581	77.832	12.112	53.470	14.633	80.215
Constituição de provisão	2.953	3.746	4.246	10.945	2.987	3.214	4.247	10.448
Baixas	(1.256)	(671)	(8.400)	(10.327)	(1.297)	(1.206)	(8.400)	(10.903)
Saldo em 31.12.12	13.317	54.706	10.427	78.450	13.802	55.478	10.480	79.760

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$206.381, sendo R\$156.862 possível e R\$49.519 provável. O montante de R\$49.519 considerado como provável em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 46.970 em 31 de dezembro de 2011) encontra-se devidamente provisionados nas demonstrações contábeis da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$3.780.629 em 31 de dezembro de 2012 (R\$3.457.996 em 31 de dezembro de 2011). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.10	31.12.12	31.12.11	31.12.10
Trabalhistas	8.675	6.299	8.075	8.675	6.299	8.075
Cíveis	163.282	180.706	173.168	163.660	181.181	184.829
Fiscais	3.595.416	3.263.281	1.049.751	3.608.294	3.270.516	1.051.473
Total	<u>3.767.373</u>	<u>3.450.286</u>	<u>1.230.994</u>	<u>3.780.629</u>	<u>3.457.996</u>	<u>1.244.377</u>

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.336.318 (atualizados em 31 de dezembro de 2012), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 380.214 relativos ao ano de 1998, R\$ 376.007 relativos ao ano de 1999, R\$ 1.935.901 relativos ao ano de 2000 e R\$ 671.196 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 22 de junho de 2012, a Companhia foi intimada acerca dos Mandados de Penhora e Avaliação dos Oficiais de Justiça e, em 29 de junho de 2012, apresentou Impugnação ao Laudo dos Oficiais. Após a manifestação da Fazenda Nacional acerca da Impugnação da Companhia, em 11 de dezembro de 2012 foi proferida decisão acolhendo a avaliação apresentada pelos Oficiais de Justiça, decisão contra a qual a Companhia interpôs, em 19 de dezembro de 2012, recurso de Agravo de Instrumento, o qual aguarda julgamento. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ainda pendente de julgamento. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, atualmente os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão. Após, os autos retornarão à Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e atualmente aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto em 5 de setembro de 2008.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

Em 22 de abril de 2003 a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012 foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia e em 30 de agosto de 2012 a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Atualmente aguarda-se a julgamento dos embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional para posterior remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores. O montante estimado, atualizado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

485.912, sendo R\$ 177.206 considerado como probabilidade de perda possível e R\$ 308.706 como probabilidade de perda remota, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 23.948 mil em 31 de dezembro de 2012 consolidado (R\$ 22.328 em 31 de dezembro de 2011) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as Práticas Contábeis, Governança e Compliance.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente;

Nos últimos 03 exercícios findo em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, não há ressalvas sobre os controles internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados;

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a Companhia não realizou oferta pública de ações.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetivos dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a Companhia não realizou oferta pública de ações.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios;

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a Companhia não realizou oferta pública de ações

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, que os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, que não aparece no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamento mercantis operacionais, ativos e passivos;

Não existe arrendamento mercantil operacional ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

Não existe contrato de futura compra e venda de produtos e serviços pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada.

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamento.

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;

Não existem outros itens não evidenciados pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(b) natureza a propósito da operação;

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.